



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO  
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL**

**Ata da 12ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF**

Em 10 de maio de 2017 ocorreu a 12ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), em Brasília, no Auditório do CENAFLOR, no Serviço Florestal Brasileiro, contando com a presença dos seguintes membros:

1. Raimundo Deusdará Filho – Diretor-Geral do SFB e Presidente do Conselho;
2. José Ari Lacerda (Gerente de Projetos do Departamento de Recursos Externos da Secretaria-Executiva do Meio Ambiente) – MMA;
3. Roque João Tumolo Neto (Coordenador de Biodiversidade e Ecossistemas) – MCTI
4. Leonardo Carneiro Oliveira Cruz (Diretor de Regulação INEMA/BA) – ABEMA;
5. Mário César Mantovani (SOS Mata Atlântica) – ANAMMA;
6. Victor Rodrigues Ferreira – SEBRAE/Nacional;
7. Marco Aurélio Wantanabe Lentini – FBOMS (WWF Brasil);
8. Vilmar Osovsky (Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Madeireiros de Itacoatiara) – CONTICOM;
9. Mário Augusto de Campos Cardoso – CNI; e
10. Eliziário Noé Boeira Toledo – CONTAG.

Além dos membros, a reunião contou com a presença dos seguintes participantes:

1. Carlos Eduardo Porella Sturm – Diretor da Diretoria de Cadastros e Florestas (DCF);
2. Nilton Reis Batista Júnior – GEFI/DCF/SFB;
3. Cristina Galvão Alves – GEFI/DCF/SFB;
4. Lara de Lacerda Ribeiro Souto – FNDF/GEFI/DCF/SFB; e
5. Janaína de Almeida Rocha – GECAF/DCF/SFB.

A reunião foi aberta às 15h pelo **Sr. Raimundo Deusdará Filho (SFB)**, Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que presidiu a reunião em razão de ser o Presidente do Conselho Consultivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). O **Sr. Deusdará** instalou a reunião, submetendo a aprovação da ata da reunião anterior aos conselheiros presentes. Aprovada a ata, o **Sr. Deusdará** encaminhou a reunião para uma breve leitura da pauta da 12ª reunião ordinária do Conselho Consultivo e destacando que o SFB passou com uma alteração das suas competências. Ficou claro que a gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR) está a cargo do SFB. Foi reforçado que os temas relativos a política e a gestão florestal precisa ser menos pulverizados no MMA e mais centralizada numa gestão que hoje é missão do SFB.

A palavra foi passada para o **Sr. Carlos Eduardo Portella Sturm (Diretor da DCF)** para algumas considerações e para apresentação da nova equipe de gestão do FNDF. O **Sr. Cadu**

retomou a questão das novas atribuições do SFB com relação ao CAR, assumindo a agenda da recuperação da vegetação, o que resultou num rearranjo das gerências executivas sob responsabilidade da DCF. Historicamente o FNDF atuava muito com manejo florestal comunitário, com toda a parte de capacitação e fomento ao manejo e também à assistência técnica. Com a possibilidade de alterações das atribuições, o FNDF teve a oportunidade de atuar em projetos maiores e mais estruturantes. Como o FNDF não dispõe um montante superior a R\$ 3 milhões para investir em diversas ações, o orçamento acaba sendo reduzido e é necessário focar nas ações estruturantes. O FNDF vem participando nos últimos anos como um órgão técnico de seleção e de fiscalização das contratações. No final, o **Sr. Cadu** repassou os próximos temas que a serem apresentados na reunião e alguns resultados apresentados na CGFLOP.

Após as breves palavras foi solicitado pelo Presidente da reunião que os membros presentes se apresentassem.

O **Sr. Nilton Reis Batista Júnior (GEFI)** fez a apresentação do Plano Anual de Aplicação Regionalizada (PAAR-2017) utilizando de uma apresentação em PowerPoint. O documento do PAAR-2017 encontra-se disponível no endereço eletrônico (<http://www.florestal.gov.br/documentos/publicacoes/2207-plano-anual-de-aplicacao-regionalizada-paar-2017/file>).

O **Sr. Cadu (DCF)** fez algumas intervenções na apresentação destacando que por limitações orçamentárias o FNDF não tem condições de receber doações de por exemplo R\$ 40 milhões, se não estiver previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), pois o FNDF teria que ampliar o limite orçamentário. Explicou que o FNDF apoiou mais projetos no Bioma Caatinga em razão do histórico de projetos nesse bioma, além do SFB ter uma Unidade Regional em Natal. A expressividade do apoio do FNDF nessa região é em função da capacidade instalada na caatinga, que fomenta, apoia e fiscaliza os projetos. Por menor que seja o FNDF as ações podem parecer pequenas, mas são ações extremamente replicadoras e simbólicas no Bioma Caatinga.

A **Sra. Lara Souto (FNDF/GEFI)** após a finalização da fala do **Sr. Nilton Batista (GEFI)** apresentou um vídeo da contratada FADURPE disponibilizado na entrega do produto final do contrato administrativo. Foi mostrado como é realizado o manejo florestal comunitário e familiar em um dos 11 assentamentos no estado do Ceará, local de abrangência do projeto.

O **Sr. Mário César Mantovani (SOS Mata Atlântica – ANAMMA)** pediu a palavra e fez lembrança a associações de reposição florestal, revivendo os trabalhos que ajudou a realizar em outros estados com a temática florestal. Destacou um dos primeiros projetos da SOS Mata Atlântica, o projeto “Click árvore” que promove a recuperação da floresta com a participação direta dos cidadãos. Ele destacou que um projeto desse é uma maneira de captar e para saber quem demanda madeira no Brasil e de mapear quem consumia. Ele como conselheiro gostaria de ver viveiros funcionando, seria uma forma de fazer o fomento florestal e a restauração no Brasil a partir de recursos dos próprios consumidores que vão ter garantido o seu suprimento, levando em considerações os mercados que precisam de madeira como matéria-prima de energia.

O **Sr. Toledo (CONTAG)** se inscreveu questionando o Diretor-Geral do SFB a respeito do PROVEG e o compromisso de recuperação de 12 milhões de hectares, e de qual seria a estratégia que o MMA iria adotar uma vez que não há orçamento.

O **Sr. Deusdará (SFB)** explicou melhor sobre o compromisso de recuperar 12 milhões de hectares, falando que o setor privado, além do setor público, também tem parte nesse compromisso. O SFB tem várias ações para atingimento dessa meta, uma delas pode visualizada acessando o site do Serviço Florestal Brasileiro e procurando a publicação do mapeamento dos fundos de financiamento. Outra ação são os esforços para captação de recursos internacionais para criar centros de desenvolvimento florestal. Serão implantados cinco centros de desenvolvimento florestal para estimular a silvicultura tropical, o manejo e desenvolvimento florestal. Outra iniciativa é a prática dos PRAs, como pós-CAR, levando a possibilidade do PRA para os quilombolas, para a agricultura familiar. Um outro compromisso é o lançamento de um programa voltado para a questão da recuperação e apoio as nascentes.

O **Sr. Mário Augusto de Campos Cardoso (CNI)** fez uma consideração sugerindo convergir todas as ações que estão sendo realizadas para um tema específico para somarem esforços. Pois quando se tem pouco recurso é a hora de coordenar as ações para utilizar o recurso escasso com mais inteligência e por outro lado, o setor privado consegue observar uma coerência na política. Uma solicitação foi tentar que todos convergissem o máximo possível dessas ações para conseguir colocar em um corpo único, em um entendimento único.

O **Sr. Deusdará (SFB)** achou absolutamente pertinente a fala do **Sr. Mário Cardoso (CNI)** e até destacou que o próprio MMA conta com no mínimo três fundos. Certamente há uma situação de escassez, de eficiência, de eficácia, ações pulverizadas e sombreadas, perdendo e deixando lacunas. Foi anunciado a exibição do vídeo instituições elaboração em razão da execução do Edital FNDF/SFB nº 01/2015 de apoio a inscrições no CAR, por uma das contratadas, a ECOOTERRA.

A **Sra. Lara Souto (FNDF/GEFI)** retomou a apresentação em PowerPoint para finalizar sua apresentação.

O **Sr. Cadu (DCF)** respondeu ao questionamento do **Sr. Leonardo Carneiro Oliveira Cruz (Diretor de Regulação INEMA/BA) – ABEMA** que perguntou como fica a realização de cadastros ambientais no estado da Bahia, uma vez que esse estado tem sistema específico de cadastro. Foi informado que o Cadastro Ambiental Rural integra os cadastros estaduais.

Antes de passar a palavra para a **Sra. Cristina Galvão Alves (GEFI)** foram apresentadas as publicações disponíveis no site do Serviço Florestal Brasileiro: o Guia de Financiamento Florestal 2016 (<http://www.florestal.gov.br/documentos/publicacoes/1799-guia-de-financiamento-florestal-2016/file>), os Fundos Ambientais Estaduais como Potencial de Apoio ao Desenvolvimento Florestal (<http://www.florestal.gov.br/documentos/publicacoes/1902-fundos-ambientais-estaduais-com-potencial-de-apoio-ao-desenvolvimento-florestal/file>) e o Guia Técnico – Restauração

ecológica com Sistemas Agroflorestais, como conciliar conservação com produção: Opções para Cerrado e Caatinga (<http://www.florestal.gov.br/documentos/publicacoes/2316-restauracao-ecologica/file>).

A **Sra. Cristina Galvão (GEFI)** iniciou a sua apresentação com a proposta do Edital Recupera Cerrado, com uma iniciativa do governo do Distrito Federal com o SFB, a Fundação Banco do Brasil (FBB), a SEMA/DF e o IBRAM. A motivação dessa parceria foi a possibilidade de propor um novo mecanismo de compensação florestal. Os empreendimentos com passivos florestais podem recolher para um fundo, no caso uma conta específica na FBB, os montantes correspondentes de mudas em pecúnia. Esses recursos serão aplicados em projetos de recomposição da vegetação nativa que terão duração de cinco anos. Esse modelo de parceria pode ser pensado na possibilidade de ser trabalho em outros estados e com outros parceiros.

O **Sr. Mário César Mantovani (SOS Mata Atlântica – ANAMMA)** informou que estão fazendo o trabalho de compensação florestal com empresas em São Paulo. Eles têm um mecanismo próprios e fazem o acompanhamento. Reforçou o convite para SFB conhecer esse trabalho da SOS Mata Atlântica.

A **Sra. Cristina Galvão (GEFI)** retomou as palavras para finalizar sua apresentação, mas antes esclareceu novamente o mecanismo da proposta do Edital Recupera Cerrado, pois dois conselheiros levantaram dúvidas a respeito da conversão da obrigação do empreendedor em recompor e agora a possibilidade de pagamento em pecúnia. Foi reforçado que não há desobrigação dos empreendedores com passivos florestais de recompor a vegetação, mas que agora há a possibilidade de realizar inicialmente a conversão parcial dos valores devidos a compensação florestal em valores monetários para possibilitar a contratações de projetos como novas propostas para efetivamente realizarem a recomposição florestal.

O **Sr. Cadu (DCF)** solicitou a palavra ao Diretor-Geral para uma breve apresentação das novas competências do SFB e para mostrar a estratégia que o SFB está adotando no processo de regularização ambiental, de fomento e de inclusão. Ele apresentou brevemente os projetos internacionais que estão sob execução da Diretoria, além de divulgar os trabalhos do Programa *Arboretum*, a Base Avançada do SFB localizada em Teixeira de Freitas/BA.

Após a apresentação do **Sr. Cadu (DCF)** o **Sr. Mário Cardoso (CNI)** fez uma intervenção solicitando a reflexão sobre a continuidade do processo, na sustentabilidade do processo, pois os governos mudam, muda o enfoque e quem sofre é quem está lá na ponta. Essas pessoas vêm a hora do dinheiro chegando e outra hora não tem mais nada. Seria interessante fazer amarrações com atores chaves para garantir a sustentação do processo independente do agente governamental, pois este pode tirar o pé do acelerador em determinado momento, que o processo terá continuidade.

Nos momentos finais da reunião, alguns conselheiros pediram a palavras para algumas considerações. O **Sr. Deusdará (SFB)** considerou a colocação do **Sr. Mário Cardoso (CNI)** e informou que para a modelagem do Centro de Desenvolvimento Sustentável foi contratado

um consultor para pensar na melhor maneira de estruturar esse centro, sabendo que instituições ancoradas no Estado funcionam muitas vezes em função dos gestores que estão no momento específico. A ideia é articular parceiros, até mesmo juntar parceiros sempre tendo em a visão de que quando não houver recursos financeiros a estrutura em si sobrevive. Foi lembrando por um **conselheiro não identificado** o exemplo do Projeto Tamar que conseguiu segurança em razão da Fundação Protamar com o apoio da Petrobras e da captação de recursos, com gestão eficiente e eficaz. O **conselheiro não identificado** comentou que a mesma dinâmica de pensamento está sendo desenhada ao Projeto Peixe-Boi. Ele destacou também que as universidades públicas sofrem do mesmo problema, que é a descontinuidade, não só orçamentária, até política.

O **Sr. Cadu (DCF)** direcionou-se especificamente ao **Sr. Mário Cardoso (CNI)** para dizer que havia esquecido de mencionar que os Centros terão unidades demonstrativas. No caso de Santarém/PA está sendo modelado uma unidade demonstrativa de manejo florestal, muito na linha do que já foi aprendido com o IFT (Instituto Florestal Tropical). É fundamental que o manejo por si próprio seja uma fonte de renda para pagar os custos do centro. A perspectiva é que os Centros de Desenvolvimento sejam uma Parceria Público Privada onde o Estado entrar com recursos financeiros, mas a gestão em si fica a cargo de uma fundação ou uma organização social, ou seja, não será uma estrutura pendurada no governo.

Outro **conselheiro não identificado** pediu a palavra para esclarecer uma dúvida com relação ao Programa Nacional de Florestal (PNF) quanto à questão de fomentar implantação de plantios florestais, o que o SFB pensa especificamente se será floresta nativa ou não?

O **Sr. Deusdará (SFB)** respondeu que em primeiro lugar será o plantio de espécies nativas, então o foco será silvicultura de nativas. O que o SFB vem desenvolvendo, inclusive no Programa *Arbortum* é uma estratégia de sistemas econômicos florestais. Então o SFB fala de recuperação pensando em silvicultura de nativas, associada aos sistemas econômicos florestais e da viabilidade.

Outro **conselheiro não identificado** solicitou a palavra para um comentário em relação ao compromisso da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) dos 12 milhões de hectares recuperados até 2030. Na opinião do conselheiro, a recuperação dos 12 milhões de hectares vai acontecer não por si só, essa recuperação vai acontecer ou por atendimento aos PRAs, ao que está previsto em lei, ou porque a recuperação é favorável, ou porque as pessoas veem uma possibilidade de remuneração. Para o conselheiro se a recuperação não tiver nenhuma possibilidade de remuneração e não tiver um esforço em torno do CAR e do PRA, não vai acontecer a recuperação. O que se percebe é que se criou uma expectativa em trono da parte de reflorestamento pelo setor privado, que talvez se não for fortalecido o setor consumidor, a parte da indústria, a parte do setor privado que consome a matéria-prima florestal, a recuperação não vai acontecer, ninguém vai plantar floresta por si só.

O **Sr. Mário Cardoso (CNI)** sugeriu olhar a recuperação de uma perspectiva mais macro, pois ninguém vai plantar para cumprir uma meta em suma, ninguém vai plantar árvore para cumprir meta de clima, a pessoa vai plantar como negócio. Então se há a vontade de ter um

negócio com a recuperação é preciso que se encontrem o gargalo e desentruar esse gargalo para o negócio acontecer.

O **Sr. Deusdará (SFB)** respondeu diretamente ao **Sr. Mário Cardoso (CNI)** complementando a colocação dele com a preocupação do SFB de não pensar exclusivamente em restauração. Dessa forma, o SFB entende a restauração como sua importância do ponto de vista de serviços para APPs hídricas, porém o foco do SFB é mesmo de recompor, de ampliar a base para o negócio.

O **Sr. Marcos Lentini (FBOMS)** afirmou que é um apoiador do IFT e registrou a situação frágil que a organização vive. Como conselheiro ele sugeriu que houvesse envolvimento do IFT, principalmente na formatação do Centro de Desenvolvimento em Santarém/PA. Ele vê o Programa Nacional de Florestas como um importante programa no Brasil, de alavancar as florestas nacionais. Ele queria deixar uma provocação de ressuscitar o PNF implica ou não em trazer parte desse programa de volta, pois é um programa superinteressante do ponto de vista de fomento florestal.

O **Sr. Deusdará (SFB)** agradeceu as palavras do **Sr. Marcos Lentini (FBOMS)** e com relação ao IFT ele está vendo envolvido na modelagem dos Centros de Desenvolvimento. Mais de 50% da equipe do SFB esteve no IFT como forma de ajudar a instituição, capacitando os servidores via FAO.

Por fim o **Sr. Toledo (CONTAG)** informou que com o projeto que a CONTAG está realizando com o Edital CAR Semiárido é possível perceber que as instituições do meio rural estão fragilizadas. Seria interessante pensar em um jeito dos projetos contemplarem algum fortalecimento institucional. O que se percebe é a grande dificuldade que tem as jurisdições de poder se articular e fazer o que precisa ser feito. Na percepção dele onde não se tem instituição não se consegue fazer nada, quer dizer, é necessário pensar num jeito que os projetos que serão elaborados reservem uma parte dos recursos para se pensar em uma estratégia de fortalecimento institucional.

O **Sr. Deusdará (SFB)** e o **Sr. Cadu (DCF)** comprometeram em levar aos secretários do MMA a possibilidade de inserção do fortalecimento institucional de parceiros nos projetos e reforçou que o próprio estado também está em processo de falência, quer dizer, cada vez mais tem dificuldade de estar onde deve estar. Os próprios Centros de Desenvolvimento têm esse papel de apoiar o trabalho com as organizações. Foi feito um mapeamento das diversas lacunas de formação, de capacitação na Amazônia. O movimento social esteve presente apoiando nesse primeiro momento, o que significa que já é uma resposta imediata.

O **Sr. Raimundo Deusdará Filho**, Diretor-Geral do SFB e presidente da 12ª reunião ordinária do Conselho Consultivo do FNDF, encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos.

Documentos disponibilizados na reunião:

- Pauta da reunião;

- Ata da última reunião;
- Apresentações de slides; e
- Plano Anual de Aplicação Regionalizada – PAAR 2017.